

EMPRESAS

SISTEMA FINANCEIRO

Não executivos passam pouco tempo nos bancos

Administradores não executivos dedicam 15 horas semanais às funções, conclui o Banco de Portugal. Instituto de Corporate Governance entende que o desempenho não se mede “ao minuto”.

HUGO NEUTEL

hugoneutel@negocios.pt

Os administradores não executivos dos bancos dedicam, em média, 15 horas semanais às funções que desempenham, concluiu o Banco de Portugal (BdP) num estudo publicado nesta semana.

O relatório “Análise da disponibilidade dos membros não executivos” mostra que “a generalidade dos presidentes não executivos [de órgãos de administração e de fiscalização] dedica, em média, 74 dias por ano às funções em causa, enquanto os vogais não executivos dedicam 51,7 dias anuais ao desempenho dos seus cargos”. Estes dados correspondem a médias de 15 horas e 10,5 horas semanais para os cargos de presidente e vogal, respetivamente – o que, no entendimento do supervisor bancário, é pouco. “O Banco de Portugal tem verificado a tendência de as instituições e de os candidatos propostos para as funções de membro não executivo – seja em órgão de administração, seja em órgão de fiscalização – subestimarem o tempo necessário ao

exercício efetivo das tarefas inerentes ao cargo”, conclui a análise.

Olhando apenas para os “chairmen”, o tempo médio anual é de 89,8 dias.

O Banco de Portugal considera que “as instituições devem assegurar que os membros não executivos dos órgãos de administração e de fiscalização – além de cumprirem os demais requisitos de adequação – dispõem de tempo suficiente para exercer cabalmente as suas funções” e que, para esse efeito, “importa que a instituição defina previamente a disponibilidade mínima de tempo na descrição do cargo e que o candidato compreenda, desde o início, o tempo de dedicação que o seu compromisso com o cargo exigirá”.

O desempenho dos titulares destes cargos e a sua dedicação

“

[Há uma] tendência para subestimar o tempo necessário para o exercício efetivo das tarefas.

BANCO DE PORTUGAL
Análise da disponibilidade dos membros não executivos

aos mesmos não pode, no entanto, ser medida “ao minuto”, defende o presidente do Instituto Português de Corporate Governance (IPCG).

“Tentar definir ao milímetro o tempo dedicado a funções é muito redutor”, dispara João Moreira Rato. O economista realça que a adequação para exercer funções não executivas passa por três vetores: “A capacidade para fazer aquele trabalho, perceber do assunto; a independência, que é crucial; e a disponibilidade”. E esta, argumenta o antigo “chairman” do Banco CTT e também ex-presidente do IGCP, a entidade que gere a dívida pública, “não pode ser reduzida apenas ao tempo”. Moreira Rato salienta que “disponibilidade é responder, se por exemplo houver uma urgência”. “A pessoa tem que estar disponível às 10 da noite, e tem que ajudar, tem que participar. A disponibilidade tem mais a ver com a flexibilidade”, insiste, concluindo que o desempenho dos cargos não executivos não pode ser medida de forma simplista.

Quando ao desempenho dos não executivos na generalidade das grandes empresas – e não apenas no setor bancário, que vê como um exemplo positivo – Moreira Rato lamenta que exista “uma percentagem de empresas portuque-



O estudo do Banco de Portugal incluiu respostas de 157 pessoas com funções não

executivas que ainda não leva os não executivos suficientemente a sério”.

Criar um “benchmark”

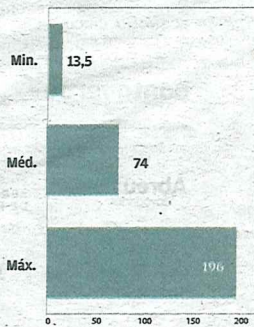
Os dados analisados pelo Banco de Portugal foram obtidos através de um inquérito feito em 2023 a “21 instituições de crédito, incluindo instituições de importância sistémica, instituições significativas e instituições menos significativas, correspondendo a 157 pessoas que exercem funções não executivas”, informa o supervisor bancário.

O regulador acrescenta que as conclusões da análise servem para constituir um novo “benchmark” para o mercado “que servirá de referência ao Banco de Portugal nos processos de autorização para o exercício de funções de membros não executivos de instituições, tendo em atenção a dimensão da instituição em causa, e que pode ser utilizado como referencial também pelas instituições”.

MÉDIA DE 74 DIAS POR ANO

Dias de trabalho anuais de presidentes de órgãos de administração e fiscalização

Os presidentes não executivos de órgãos de administração e fiscalização dedicam, em média, 74 dias por ano às suas funções.



Fonte: Banco de Portugal

Gettyimages

PERGUNTAS A JOÃO MOREIRA RATO

Presidente do Instituto Português de Corporate Governance



“O verdadeiro não executivo, quando se chateia, vai-se embora”

O presidente do Instituto Português de Corporate Governance entende que o tempo dedicado às instituições é apenas um dos fatores a ter em conta e não deve ser sobrevalorizado.

Que leitura faz das conclusões do estudo do Banco de Portugal?

As pessoas têm as suas próprias responsabilidades e têm que assumi-las. Tentar definir ao milímetro o tempo dedicado é muito redutor. Há três vetores importantes para os não executivos: a capacidade para aquele trabalho, perceber do assunto; a independência, que é crucial; e a disponibilidade. E a disponibilidade não pode ser reduzida só ao tempo.

Não deve ser medida assim?

Acho que não se mede ao minuto. A pessoa tem que estar disponível às 10 da noite, e tem que ajudar, tem que participar. E a disponibilidade tem mais a ver, para mim, com a flexibilidade, com estar disponível quando acontece algum problema específico. Mas também a disponibilidade para ir pensando na instituição um bocadinho fora da caixa, que não é, provavelmente, fácil de classificar em termos de tempo. Isto faz com que esta questão de medir os minutos e as horas seja um bocadinho redutora. No Instituto Português de Corporate Governance, onde vemos mais lacunas é na identificação, contratação e utilização de não executivos. Há uma percentagem de em-

“

As pessoas têm responsabilidades e têm que assumi-las. Tentar definir ao milímetro o tempo dedicado é muito redutor. A disponibilidade não pode ser reduzida só ao tempo.

”

presas portuguesas que ainda não levam os não executivos suficientemente a sério. Mais complicada do que a questão da disponibilidade, é a da independência. Se a escolha do não executivo não for feita de acordo com certos critérios, bem identificados, usando auxílio externo, para identificar as pessoas que têm essa capacidade, torna-se mais difícil ter não executivos independentes.

Há quem acumule cargos não executivos...

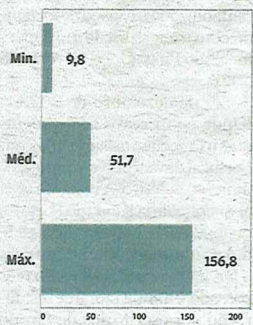
Essas situações colocam questões de disponibilidade. A acumulação tem de levar em consideração a disponibilidade e os conflitos de interesse. Mas tem uma parte positiva. Para que um administrador não executivo seja independente, não deve estar dependente do seu cargo, do seu lugar. O verdadeiro não executivo, quando se chateia, vai-se embora. ■

executivas de 21 instituições de crédito.

VOGAIS GASTAM 52 DIAS

Dias de trabalho anuais de vogais não executivos de órgãos de administração e fiscalização

Os vogais não executivos - nos conselhos de administração ou fiscalização - reportam uma média de 51,7 dias anuais em funções.

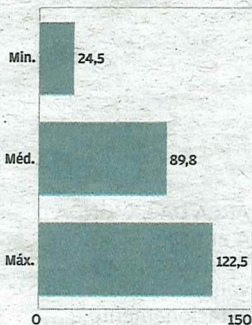


Fonte: Banco de Portugal

“CHAIRMEN” FAZEM 90 DIAS POR ANO

Dias de trabalho por ano dos presidentes não executivos de órgãos de administração

Analisados de forma isolada, os presidentes não executivos de órgãos de administração dedicam, em média, 89,8 dias anuais às funções.

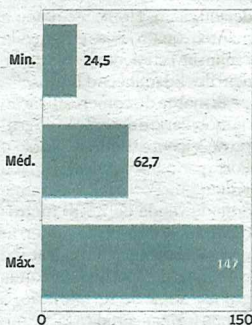


Fonte: Banco de Portugal

FISCALIZAÇÃO DEDICA 63 DIAS

Dias de trabalho anuais de vogais de órgãos de fiscalização

Os vogais não executivos de órgãos de fiscalização dedicam a essas tarefas uma média de 62,7 dias por ano.



Fonte: Banco de Portugal